

**NIEP  
MARX**Núcleo Interdisciplinar de Estudos e  
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

# Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 30/09/2013 a 04/10/2013

TÍTULO DO TRABALHO			
<b>O debate marxista sobre a causa da crise atual: conteúdo e forma de manifestação do fenômeno<sup>1</sup></b>			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
<b>Edson Mendonça da Silva</b>	Universidade Federal Fluminense	UFF	Bacharel
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
O trabalho tem o objetivo apresentar e discutir as principais interpretações marxistas sobre a crise econômica atual. Iniciada em 2007, a crise provocou uma retomada do debate marxista sobre o fenômeno, com diversos estudos que destacam alguns elementos fundamentais do processo de acumulação de capital, exposto por Marx em <i>O Capital</i> . O artigo concentra-se em três interpretações: a teoria do subconsumo, a teoria associada à queda da taxa de lucro e a teoria da “financeirização” da economia mundial. A nova versão do subconsumismo pode ser encontrada nos trabalhos de John Bellamy Foster e Fred Magdoff, editores da revista <i>Monthly Review</i> . A visão que associa a crise atual à queda da taxa de lucro encontra novos argumentos no trabalho de Andrew Kliman. O papel das “finanças” no capitalismo contemporâneo e a crise atual são destacados por autores como François Chesnais e Costas Lapavitsas. Ao final, o trabalho apresenta os limites teóricos das análises marxistas para a compreensão do fenômeno da crise atual, apoiando-se em Marx e no estudo do conteúdo e da causa da crise no modo de produção capitalista.			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Crise econômica, Marxismo, Marx			
ABSTRACT			
The paper aims to present and discuss the main Marxist interpretations about the current economic crisis. Initiated in 2007, the crisis led to a resumption of the Marxist debate on the phenomenon, with several studies that highlight some key elements of the process of capital accumulation, presented by Marx in <i>Capital</i> . The article focuses on three interpretations: the theory of underconsumption theory associated with the falling rate of profit and the theory of the "financialization" of the world economy. The new version of underconsumptionism can be found in the works of John Bellamy Foster and Fred Magdoff, the editors of the magazine <i>Monthly Review</i> . The vision that links the current crisis to the falling rate of profit is new arguments in the work of Andrew Kliman. The role of "finance" in contemporary capitalism and the current crisis are highlighted by authors such as François Chesnais and Costas Lapavitsas. Finally, the paper presents the theoretical limits of Marxist analysis for understanding the phenomenon of the current crisis, relying on Marx and the study of the content and because of the crisis in the capitalist mode of production.			
KEYWORDS			
Economic Crisis, Marxism, Marx			
EIXO TEMÁTICO			
Marx contra a Economia Política			

Na segunda metade do ano de 2007, as principais bolsas de valores do mundo apresentavam recordes históricos de negociações, mas em seguida evidenciavam-se os primeiros sinais de retração creditícia e problemas que atingiriam toda a economia mundial. Segundo Gontijo e Oliveira (2009, p. 60), em agosto do mesmo ano, o banco francês BNP Paribas teria congelado cerca de dois bilhões

<sup>1</sup> O trabalho é parte da monografia apresentada no curso de Ciências Econômicas (UFF). Agradeço ao orientador, Prof. Marcelo Dias Carcanholo, e também aos Prof. João Leonardo Medeiros e Prof. Andre Guimarães Augusto pelos comentários sobre o trabalho final. Como não poderia deixar de ser, quaisquer equívocos ou omissões são de inteira responsabilidade do autor.

de euros em fundos, alegando não ser possível diante das incertezas do mercado, avaliar o valor dos ativos vinculados ao setor de crédito *subprime* nos E.U.A. Era o estopim necessário para o retorno de um fenômeno econômico bastante conhecido: a crise.

Em seguida, o que se constatou foi uma série de eventos que foram dando contornos ao fenômeno e intensificando os seus efeitos de propagação, ainda mais numa economia mundial liberalizada. O cenário posterior configurou-se de problemas de insolvência entre as instituições financeiras, forte retração de crédito, pacotes governamentais para enfrentar a crise nos E.U.A., Europa e Ásia, atuação de Bancos Centrais e órgãos multilaterais, deterioração do comércio exterior e, recentemente, a crise da dívida soberana na periferia da Zona do Euro<sup>2</sup>.

No interior do pensamento marxista, a recessão da economia mundial provocou a retomada do debate sobre as causas das crises econômicas. Antes, entre o final do século XIX e o início da década de 1930, os marxistas já haviam debatido o fenômeno na obra de Marx, com importantes contribuições teóricas ao estudo das crises e que influenciou toda a discussão posterior.

Segundo Carcanholo (1996), as três principais interpretações do debate marxista foram<sup>3</sup>: (i) a teoria do subconsumo, que identifica como causa das crises o problema de *realização*, ou seja, seria inerente ao capitalismo a tendência a produzir mais do que a capacidade de consumir (insuficiência do consumo); (ii) a teoria da desproporcionalidade, na qual a causa das crises seria a perturbação na distribuição proporcional da produção social, a anarquia da produção no capitalismo; e (iii) a teoria que associa as crises à lei da queda da taxa de lucro ou ao movimento cíclico desta, ou seja, a causa das crises estaria na retração da lucratividade, um resultado da superprodução de capital e da insuficiência de valorização do capital.

Na atual crise econômica, o debate marxista pode ser compreendido a partir de três interpretações: a nova versão da teoria do subconsumo, agora representada por autores reunidos na *Monthly Review*, como John Bellamy Foster e Fred Magdoff (2009); a teoria que associa as crises à lei tendencial da queda da taxa de lucro que encontra novos argumentos em Andrew Kliman (2011); e aquelas que vinculam a atual crise ao chamado processo de *financeirização* da economia mundial, que encontra espaços nos argumentos de François Chesnais (2009a; 2009b; 2010) e Costas Lapavistas (2009<sup>a</sup>; 2009b; 2010)<sup>4</sup>.

---

<sup>2</sup> Uma interessante análise crítica da crise na Zona do Euro pode ser encontrada em Lapavistas *et al* (2012).

<sup>3</sup> Ver também, Colletti (1978), Foley (1989), Shaikh (1990), Mandel (1985) e Itoh (1980).

<sup>4</sup> A análise do debate atual baseia-se em Miranda (2011), mas encontramos outras referências em Cippolla (2012) e Marques (2011).

Nas próximas seções, o trabalho apresentará cada interpretação marxista sobre a crise atual. Em seguida, pretende-se demonstrar os limites teóricos de cada análise apoiando-se em Marx e no estudo do conteúdo e da causa da crise no modo de produção capitalista.

### ***1. A escola da Monthly Review: estagnação e financeirização***

A atual crise que ainda atinge a economia mundial proporcionou ao debate marxista um novo retorno as teses subconsumistas. Agora, entre os principais defensores do argumento encontram-se nos atuais editores da revista norte-americana *Monthly Review*<sup>5</sup>, John Bellamy Foster e Fred Magdoff, no livro *The Great Financial Crisis: causes and consequences* (2009)<sup>6</sup>. Para entender as raízes desta crise, os articulistas da revista buscam na teoria econômica “heterodoxa”<sup>7</sup> e, principalmente, nos trabalhos de Sweezy e Baran da década de 1960/1970, uma base teórica e histórica para compreender as diversas modificações no capitalismo desde então.

A idéia central do argumento defendido pelos autores é que apesar de inúmeras explicações para a crise baseadas nos aspectos financeiros da economia mundial, a verdadeira razão para a atual implosão financeira está associada a uma tendência à estagnação da economia “real”. Assim, para compreender em profundidade a crise, e a sua causa, deve-se ter como ponto de partida o lento crescimento da economia mundial nas últimas décadas (FOSTER & MAGDOFF, 2009, p. 16, 17 e 22).

No livro “*El capital monopolista*” (1966, p. 90), Baran e Sweezy afirmavam que o estado normal da economia monopolista é a estagnação, uma proposição já anunciada pelo segundo em sua obra anterior. Para Foster & Magdoff (2009, p. 66), os fundadores da *Monthly Review* tinham o objetivo de analisar uma nova etapa do desenvolvimento capitalista após a 2ª Guerra Mundial, com grandes transformações econômicas tendo como papel central a grande corporação. Nesta nova etapa, as empresas não mais se comportariam como firmas livres, competitivas, e sim como empresas monopolistas / oligopolistas que abandonaram a destrutiva “guerra de preços” e partiram para competição na área de cortes de custos e esforços de vendas.

A partir desta nova etapa, a economia norte-americana foi controlada pelas grandes corporações, principalmente na indústria. E atuando com alta produtividade e com preços oligopolistas, a economia capitalista monopolista gerou um enorme e crescente excedente em busca de absorção nos mercados. Porém, a geração deste excedente foi além da capacidade da economia de absorver

---

<sup>5</sup> A revista foi criada em 1949 nos E.U.A. por Paul Sweezy e Leo Huberman, e teve entre seus editores além destes, Paul Baran e Harry Magdoff.

<sup>6</sup> Também podemos encontrar a tese subconsumista em Husson (2008, 2009a e 2009b) e Resnick & Wolff (2010).

<sup>7</sup> Aqui as referências, utilizadas pelos autores, são os economistas Keynes, Hansen, Minsky e Kalecki, além de Steindl e Schumpeter.

através de seus mecanismos normais, o consumo e o investimento. No caso do primeiro, os cortes de custos das grandes corporações recaíram principalmente sobre a remuneração da classe trabalhadora, reduzindo o seu poder de compra e elevando os níveis de desigualdade; no segundo, tem-se que nas economias “maduras”, observou-se que o investimento orientou-se para a mera substituição dos fatores de produção, além de baixas expectativas de lucros futuro, dada a incerteza inerente ao sistema capitalista. O resultado manifesta-se num excesso de capacidade crônica na produção mantendo a acumulação na rédea curta, com baixa expectativa de lucros sob novos investimentos, ou seja, uma *tendência à estagnação* (FOSTER & MAGDOFF, 2009, p. 15, 63-66, 79).

A estagnação da economia norte americana, uma economia “madura” e monopolista, expressou uma situação paradoxal. Segundo Baran e Sweezy (1966, p. 89) o capitalismo monopolista é um sistema contraditório em si mesmo, pois de um lado tende a criar excedentes cada vez maiores, mas por outro lado, é incapaz proporcionar ao consumo e ao investimento saídas necessárias para a absorção deste excedente. Além disso, a tendência à estagnação representa também a necessidade de a economia operar a partir de um ponto suficientemente baixo em sua escala de rentabilidade para que não gere mais excedentes que não serão absorvidos.

Mas, como bem registraram os atuais editores da revista *Monthly Review*, a estagnação não significa que não há crescimento algum. Pelo contrário, a economia funciona abaixo do potencial com apreciável capacidade não utilizada e desemprego / subemprego significativo. Além disso, existem mecanismos que servem para contrabalancear esta tendência ou tentativas de superar a estagnação nas economias “maduras”, entre elas encontram-se o imperialismo, invenções tecnológicas e elevação dos gastos estatais, principalmente, as despesas militares. Entretanto, Foster e Magdoff (2009, p. 41) ressaltam que tais mecanismos são auto-limitados e superficiais, apesar de funcionarem nos anos de 1950 e 1960, muito em razão de fatores históricos especiais. Por isso, a tendência à estagnação, por ser inerente ao sistema capitalista, é profundamente enraizada e contínua em operação.

A partir dos anos 1970, uma contra-tendência adquiriu força suficiente para contrapor-se à estagnação da economia norte-americana: a *financeirização*. Para Foster e Magdoff (2009, p. 18), a financeirização representa a mudança de centralidade da produção para as finanças, ou seja, as finanças deixam de ser um auxiliar modesto do processo de acumulação e tornar-se a força motriz para o crescimento, dada a fraqueza do investimento produtivo.

Para evitar uma profunda depressão, a economia norte-americana encontrou como saída para o excedente acumulado, o endividamento tanto das famílias como das empresas financeiras e a

especulação com ativos financeiros. Assim, de um lado, uma das características mais visíveis foi a expansão da dívida em relação ao PIB. Segundo Foster e Magdoff, nos últimos 30 anos verificou-se uma redistribuição de renda em favor dos ricos com uma queda dos salários reais da classe trabalhadora. O resultado foi uma elevação das dívidas das famílias norte-americanas, para manter o padrão de vida, a chamada “bolha do endividamento das famílias”. Por outro lado, a explosão financeira permitiu o crescimento do endividamento das empresas financeiras, sendo esse maior do que os débitos dos demais setores da economia, o que denota seu caráter especulativo e a pouca relevância para a produção. O caráter especulativo da economia, o “grande cassino” como denominado pelos autores, fica evidente na magnitude da oferta de instrumentos financeiros, como ações, mercados futuros, *hedge funds* e derivativos e na quase nula relação destas formas de apropriação de riqueza com o investimento produtivo (FOSTER & MAGDOFF, 2009, p. 27-36, 43-52).

A nova configuração da economia norte-americana resultou numa simbiose entre a estagnação e financeirização, que os autores denominaram de “*capital monopolista financeiro*” (2009, p. 19). Esta inter-relação apresenta uma dinâmica problemática em que, numa situação de estagnação, as empresas dependem cada vez mais do desenvolvimento das finanças para preservar e ampliar seu capital-dinheiro. Mas como a superestrutura financeira não pode expandir-se sem uma base produtiva, o resultado do impasse é o estouro de bolhas especulativas. Assim, segundo Foster & Magdoff (2009, p. 83), o sistema financeiro, por mais desenvolvido que seja, ser na verdade é incapaz de superar a estagnação.

Desse modo, para os autores, a crise de financeirização representa, na verdade, um ressurgimento da estagnação econômica inerente ao capitalismo monopolista. E com isso, a teoria do subconsumo consegue retomar o seu argumento original e coloca novamente no centro do debate marxista o problema da realização do valor.

## **2. Kliman e a falha do capitalismo**

A atual retomada do debate sobre as crises proporcionou uma nova série de estudos que a associam ao fenômeno da queda tendencial da taxa de lucro. Entre os diversos autores, destacamos o economista norte-americano Andrew Kliman em *The failure of capitalist production: underlying causes of the great recession* (2011)<sup>8</sup>. Nesse estudo, o autor busca entender as condições subjacentes, básicas para a atual crise e recessão, e não exatamente as causas mais próximas do evento.

---

<sup>8</sup> A série de estudos pode ser encontrada em Harman (2008; 2009), Carchedi (2009), Brenner (2009), Roberts (2009) e McNally (2011).

Antes de expor brevemente a interpretação de Kliman (2011, p. 5) é importante registrar que a sua tese é contrária ao que ele denomina de relato convencional de esquerda. Segundo o autor, este relato afirma que após a 2ª Guerra Mundial, e principalmente nas crises dos anos 1970/1980, observou-se uma queda da taxa de lucro. Para recuperar a lucratividade, diversos países adotaram políticas econômicas neoliberais o que levou a um aumento da exploração dos trabalhadores e a conseqüente queda na sua renda. Esta retomada da lucratividade poderia ter elevado a taxa de acumulação, mas não isso que ocorreu<sup>9</sup>. Então, a resposta encontra-se na emergência do *capitalismo financeirizado*, um processo no qual as empresas teriam sido induzidas a transformar a maior parcela dos lucros em ativos financeiros e uma menor em ativos de capital produtivo. O resultado foi um crescimento econômico fraco no período que proporcionou uma escalada do endividamento da classe trabalhadora. Assim, a causa da atual crise seria a conjunção de políticas neoliberais, ascensão da financeirização e a conseqüente ampliação das dívidas, uma crise irreduzivelmente financeira. Além disso, a adoção de políticas econômicas, especialmente uma agenda de regulação financeira e ativismo keynesiano, poderiam prevenir e evitar tal crise<sup>10</sup>.

Ao contrário do relato convencional de esquerda, Kliman (2011, p. 13) busca explicar a causa *indireta* das crises a partir da lei tendencial da queda da taxa de lucro<sup>11</sup>, sendo necessário conjugar a lei com a instabilidade do mercado financeiro e a instabilidade causada pela queda de lucratividade. Para o autor, a influência é indireta, pois Marx teria argumentado que a queda da lucratividade incentiva a especulação e a superprodução, mas somente quando aparecem problemas de insolvência pode-se perceber o surgimento da crise. Por isso, para o autor além da queda da taxa de lucro deve-se investigar o funcionamento do mercado de crédito e o processo de destruição de capital provocado pela crise (KLIMAN, 2011, p. 13-21).

Para Kliman, a economia norte-americana nunca se recuperou da relativa estagnação, da queda da taxa de lucro e da redução da taxa de acumulação desde meados dos anos 1970<sup>12</sup>. A razão para esta não recuperação foi a atuação da política econômica com o objetivo de evitar uma destruição de capital em larga escala. Se durante a Grande Depressão esta destruição foi muito maior do que os defensores do *laissez-faire* esperavam, na crise dos anos 1970, os *policy makers* não queriam que isso acontecesse novamente. Daí a atuação do Estado com suas políticas monetárias e fiscais, o que permitiu uma destruição de capital muito menor entre os anos de 1970 e 1980 do que nas décadas de 1930 e 1940 (KLIMAN, 2011, p. 73).

---

<sup>9</sup> Ver seção sobre as idéias de Foster & Magdoff.

<sup>10</sup> A crítica do autor dirigia-se principalmente aos argumentos subconsumistas de Foster & Magdoff (2009), mas também a Duménil & Levy (2004) e Husson (2008).

<sup>11</sup> Analisada por Marx XIII e XIV do Livro III (2008)

<sup>12</sup> Segundo o autor (2011, p. 3), a razão para o estudo concentrar-se nos E.U.A. é por este ter sido o epicentro da última crise.

Segundo Kliman (2011, p. 22-24), numa crise econômica, a destruição de capital que importa é a diminuição em termos de valor, tanto uma queda no valor dos ativos em capital físico (máquinas e prédios) como dos ativos financeiros. Entretanto, o autor destaca que a destruição de capital permite a restauração da rentabilidade, preparando a economia para um novo *boom*. Ao evitar a desvalorização de capitais, a política econômica adotada durante a crise dos anos 1970 evitou a retomada da taxa de lucro da economia norte-americana, e por isso esta nunca mais recuperou-se totalmente dos seus efeitos. Esta teria sido a *falha* do sistema de produção capitalista naquele período.

Outro elemento central para entender a teoria das crises em Marx e a crise atual é o sistema de crédito. Para o autor, a queda da taxa de lucro implica uma redução da taxa de acumulação, que por sua vez, tende a diminuir as taxas de crescimento do emprego, da produção, da demanda, da renda e dos bens de consumo e serviços. Com este baixo crescimento da renda, empresas, famílias e governos apresentam insolvência, o que, segundo autor, prepara o palco para as crises financeiras e de dívida. Além disso, a baixa taxa de acumulação tende a reduzir as taxas de juros, o que facilita a oferta de empréstimos e a alta dos preços de títulos, ações. O resultado é um incentivo à especulação nos mercados financeiros, tornando-os vulneráveis a crises (KLIMAN, 2011, p. 18).

Apesar de contribuir para a formação de bolhas especulativas, o sistema de crédito permite que a economia cresça mais rápido do que o normal, ou seja, mais do que as condições de produção e a sua rentabilidade. Mesmo assim, segundo Kliman (2011, p. 20) predomina nas operações no mercado de crédito, o risco moral inerente ao capitalismo tornando-se a principal alavanca da superprodução e especulação excessiva.

Por fim, para o autor, a atual crise econômica que ocorreu no centro do sistema capitalista pode ser entendida como uma nova manifestação do “capitalismo de Estado”<sup>13</sup>. A intervenção do governo dos E.U.A. durante a crise seja com políticas econômicas (monetária e fiscal) ou resgatando e nacionalizando empresas, não representa nenhum movimento progressista, ruptura com o neoliberalismo, ou um esforço para deixar os ricos mais ricos. Na verdade, esse movimento representa mais um exemplo da intervenção estatal permanente que caracteriza o capitalismo pós-Grande Depressão. Assim, segundo Kliman (2011, p. 181-185), a razão das intervenções estatais é salvar o capitalismo de si mesmo, evitar o colapso e o surgimento de uma nova ordem social.

Assim, a causa *imediata* das crises, especialmente da atual crise econômica, é a especulação financeira e a acumulação de dívidas. Mas, como próprio autor registra, as causas imediatas

---

<sup>13</sup> Segundo Prado (2012) esta é a tese defendida por Raya Dunayevskaya, que liderou uma corrente do marxismo denominada humanista. Para ela, após a crise de 1929, o sistema econômico capitalista passou a depender intrinsecamente da intervenção estatal para sobreviver.

possuem uma origem: a queda da taxa de lucro, ainda que uma causa *indireta* (KLIMAN, 2011, p. 22).

### **3. Financeirização e a crise atual**

Nas últimas décadas, o pensamento econômico heterodoxo tem produzido uma série de estudos nos quais destaca o papel das “finanças” na economia. De uma forma geral, os autores caracterizam a economia mundial pós-crise dos anos 1960/1970 como um capitalismo sob a dominação financeira, ou com hegemonia da riqueza financeira ou dirigido pelas finanças<sup>14</sup>.

Dessa forma, um dos principais elementos para entender as crises econômicas seria o processo de “financeirização” da economia, principalmente a partir dos anos 1980. E no interior da teoria marxista, os principais autores que associam este processo à atual crise são François Chesnais (2005, 2009a; 2009b, 2010, 2011), Costas Lapavitsas (2009a, 2009b; 2010).

Para compreender a atual crise, Chesnais (2010) retoma a compreensão do capitalismo enquanto tal e o movimento do capital sem fim e nem limites. O autor afirma que este não é simplesmente um sistema desigual e injusto, e nem um sistema econômico apenas. O capitalismo é também um sistema de dominação social em favor das oligarquias burguesas e “burocráticas-capitalista”, hierarquizadas mundialmente, cuja atividade está totalmente orientada na preservação e crescimento de suas riquezas, e, portanto, do poder, a condição para isso.

Segundo o autor, existem momentos em que a necessidade de preservar a qualquer custo esta dominação social salta aos olhos. Além dos períodos revolucionários (Chile em 1973, por exemplo), precisamente nas crises econômicas e financeiras evidencia-se a necessidade de salvar o sistema a todo custo, como em 2008 na queda do Lehman Brothers que ameaçou um colapso no sistema financeiro mundial<sup>15</sup>. Assim, para Chesnais (2010), a recuperação econômica diante da crise pode ser entendida como a luta pela manutenção da dominação social burguesa.

Segundo Chesnais (2010), a atual crise começou na esfera financeira e por isso deve ser entendida como a crise do regime de acumulação financeirizado, fundamentado numa sobreacumulação de capacidade produtiva, numa superprodução na economia mundial. Assim, para compreender a sua interpretação da crise “sistêmica” é importante destacar dois aspectos essenciais: a sobreacumulação e a acumulação “fictícia”, que marcam o capitalismo nas últimas décadas.

---

<sup>14</sup> Dentro da heterodoxia econômica, as análises são muito diversas e possuem em comum a centralidade das “finanças”. Entre os inúmeros trabalhos destacamos Chesnais (2004), Lapavitsas (2011) e Epstein (2005).

<sup>15</sup> Nesse sentido, entre os desdobramentos da atual crise mundial, Chesnais destaca o plano europeu de 2010 de resgate que propôs a austeridade fiscal para honrar as dívidas públicas de países como Portugal e Grécia. Uma dívida ilegítima, segundo o autor (CHESNAIS, 2011)

A sobreacumulação de meios de produção foi um resultado do prolongamento da fase de acumulação que se iniciou nos E.U.A. em 1942, na Europa e Japão a partir de 1950, uma fase sem verdadeiras interrupções, até os anos 1970<sup>16</sup>. A consequência da sobreacumulação foi uma crise de superprodução, i.é, capacidade de produção de excedente gerada a partir de investimento excessivo ou mal planejado. Ou seja, para o autor (2009b, 2010) instalaram-se capacidades de produção demasiadamente altas em relação às possibilidades de absorção de mercadorias pelo mercado, uma superacumulação de meios de produção.

Assim, a atual crise de superprodução origina-se de uma sobreacumulação de capital que se produziu depois de uma fase muito longa de acumulação quase interrompida. E a duração e a intensidade desta crise dependem de duas características: a elevada anarquia da concorrência, devido à liberalização e mundialização do capital; e uma forte tendência ao mercado exterior, com destaque para o papel da China na extensão das relações de produção capitalista e do mercado mundial (CHESNAIS, 2009b).

É importante destacar que ao caracterizar a crise como de superprodução de mercadorias e sobreacumulação de capital, o autor diferencia-se da idéia do subconsumo como causa da crise<sup>17</sup>. Para Chesnais, a superprodução é apenas relativa, pois o movimento “sem-fim” do capital a produz em relação às possibilidades de absorção de uma demanda *modelada* pelas relações de distribuição capitalista<sup>18</sup>. E as relações de distribuição, com a ênfase na “distribuição do valor agregado”, como o autor destaca, não podem ser separadas da exploração da força de trabalho. A insuficiência dos salários pagos e do poder de compra dos trabalhadores não é circunstancial, e sim uma das manifestações do antagonismo irreduzível do capital com o trabalho nas relações de produção capitalista (CHESNAIS, 2009b; 2010).

Um dos processos que a atual crise “sistêmica” desencadeou, além da superprodução e superacumulação, foi o começo da destruição de capital fictício em grande escala. Para entender o argumento, o autor resgata o processo de financeirização da economia mundial. Ou mais concretamente, segundo o autor (2009a; 2009b) alterações na economia mundial nas quais as “finanças” foram as principais beneficiárias da liberalização e desregulamentação não apenas dos fluxos financeiros, mas de todo o conjunto de fluxos associados ao ciclo de valorização do capital.

---

<sup>16</sup> Segundo o autor, esta fase de expansão de acumulação pode ser entendida como formas de superar suas barreiras. Assim, “Están, en primer lugar, las muy grandes guerras destructoras a gran escala de medios de producción, infraestructuras y viviendas de las que la Segunda Guerra Mundial” o que permitiu a abertura de novos mercados (CHESNAIS, 2010).

<sup>17</sup> Precisamente as teses apresentadas por Michel Husson em “El capitalismo toxico”

<sup>18</sup> Chesnais (2009b) acrescenta que o movimento do capital é indiferente ao uso social das mercadorias produzidas e pela finalidade dos investimentos.

Para Chesnais (2010), financeirização indica a centralização e “acumulação” específica do capital portador de juros. Segundo o autor, devem-se destacar três características deste capital: (1) o recebimento de um valor representa um capital para o indivíduo que possui o direito, mas não do ponto de vista do movimento da acumulação de capital; (2) este capital possui uma exterioridade em relação à produção, ou seja, um capital à margem da produção; e (3) a forma feiticista que este capital assume nas fontes de valorização do dinheiro, através de empréstimos, crédito e especulação com os preços.

Desse modo, o único fundamento do capital portador de juros é o fluxo de dividendos e juros emprestados a Estados, empresas e famílias, mas sua origem encontra-se nas retiradas (punciones) da economia “real”, dos rendimentos “primários”. Segundo o autor (2010), entre os mecanismos que alimentam estas retiradas estão os impostos destinados ao serviço da dívida pública, lucros não reinvestidos, dividendos excepcionais, salários centralizados nos fundos de pensão etc.

Outra categoria que o autor destaca nesse processo de acumulação específica é o capital fictício. Para Chesnais (2009b), este capital possui também três características: (1) as operações de empréstimos a empresas ou investimentos de capital, com emissão de títulos e ações, ativos que são “sombra” de um capital já instalado ou utilizado; (2) ainda que sejam investimentos já realizados, para o possuidor dos títulos é como se fosse um capital que deve gerar uma renda; e (3) como é um “capital” para o possuidor, aparece a este a ilusão de que os mecanismos financeiros criam valor, devido ao aumento do valor das ações<sup>19</sup>.

Apesar de destacar o aspecto ilusório do capital fictício, que foi registrado por Marx<sup>20</sup>, a proposição de Chesnais apresenta algumas diferenças com aquele. Principalmente na relação entre este capital e a produção. Para o autor, o capital fictício possui uma natureza “especulativa”, “parasitária”<sup>21</sup>, exterior à produção. Ao contrário de Marx que compreende a sua dinâmica inserida na dialética do capital industrial<sup>22</sup>, a sua autonomia é sempre relativa.

---

<sup>19</sup> Segundo o autor, encontra-se a originalidade da teoria marxiana que destaca a natureza fictícia dos ativos financeiros e, principalmente, no “*poder das finanças*”. Um poder social constituindo a partir da “acumulação de direitos” de títulos sobre a produção futura (CHESNAIS, 2009a, p. 108)

<sup>20</sup> Sobre o capital fictício, do ponto de vista individual, do capitalista isolado, o processo de valorização resulta em capital para seu proprietário. Pois a aquisição de um direito de propriedade sobre um capital permite, pela posse de um papel, a participação em lucros e rendimentos futuros que podem ou não se realizar. Assim, tal capital possui uma base real, um movimento autônomo do valor-capital, a aparência de um capital efetivo. Do ponto de vista global, ou seja, da totalidade de capitais no processo de acumulação, este capital é fictício, ilusório. Ver Paineira & Carcanholo (2009) e Marx (2008, p. 615-622)

<sup>21</sup> Ver Chesnais (2009a, p. 108).

<sup>22</sup> A temática da autonomização das formas funcionais do capital industrial se encontra de maneira embrionária no Livro II, e, apenas no Livro III, o processo explicita-se e fica evidente sua importância para a dinâmica de acumulação de capital.

Assim, a centralização e a “acumulação” específica, a acumulação fictícia, possui diversas fontes de alimentação. Entre, o autor (2009b) destaca os lucros não reinvestidos pelas empresas, os fluxos de juros provenientes das dívidas do Terceiro Mundo, as somas acumuladas por indivíduos ou famílias ricas e somas centralizadas pelos fundos de pensão e fundos de investimento financeiro.

Após os trinta anos gloriosos, o capitalismo encontrou-se novamente em recessão durante os anos de 1974-1975, o que, para Chesnais, foi um divisor de águas. O período foi marcado pelo início de um longo processo desaceleração do investimento mundial, que se reverteu apenas nos anos 1990 com o surgimento de novos países industriais. Segundo Chesnais, os anos de 1978-1982 criaram as condições políticas e econômicas da contra-revolução operária e “neoimperialista”, com as políticas neoliberais restabelecendo o poder dos mercados financeiros e redistribuindo a renda em favor dos credores e acionistas. Apesar disso, neste período não se observou uma recuperação dos investimentos e, sim, um aumento dos mecanismos de apropriação de renda pelos possuidores de ações. E só em 2001, com a abertura econômica da Índia e China e seus efeitos sobre as exportações na América Latina, o movimento do investimento mundial apresenta uma inflexão para a retomada (CHESNAIS, 2010).

Para Chesnais (2005, p. 37), o processo de acumulação financeira ou do capital portador de juros, na verdade um sub-produto da acumulação industrial da “idade do ouro” do capitalismo, reaparece no início dos anos 1980, mas a hegemonia já estava sendo gestada durante os anos de 1950/1960 nos E.U.A. e na Inglaterra. Assim, é possível reconstruir as quatro fases desta acumulação “específica”, cada uma marcada por um tipo de investimento predominante.

Na primeira (1975-1982), dominada pelos empréstimos aos governos do Terceiro Mundo, a segunda, no final dos anos 1980, marcada pela dívida dos países industrializados com destaque para os E.U.A. No início de 1994, a terceira fase, na qual as quedas das taxas de juros levaram a uma recomposição das carteiras dos fundos e dos bancos em favor dos acionistas, com a inclusão do *return on investment* (ROE) não apenas nos dividendos recebidos, mas também nas cotizações. Por fim, a última fase, até o momento, que se iniciou nas crises de 1998 (asiática) e 2001/2002 (Nasdaq) e com as políticas econômicas do FED em seguida. Neste período, tendo os E.U.A. como centro, prevaleceu o rápido e forte desenvolvimento do crédito ao consumo, principalmente o crédito hipotecário, com o duplo objetivo: aumentar artificialmente o poder de compra e a demanda, e valorizar o capital especulativo na forma de empréstimos a residência. Ou seja, o país tornou-se um circuito interno de criação de capital fictício em busca de valorização, via políticas macroeconômicas e fusões-aquisições (CHESNAIS, 2009b; 2009a, p. 145).

Segundo Chesnais (2009a, p. 141), a acumulação de capital fictício, forma predominante no capitalismo contemporâneo, apesar da sua funcionalidade<sup>23</sup> é também portadora de crises financeiras e de maneira quase automática. A causa principal destas crises se encontra na *divergência* entre o montante de crédito sobre a produção em curso e a futura, e a capacidade efetiva do capital comprometido na produção em honrá-los.

Ou seja, para o autor, as crises financeiras, e principalmente a crise atual, são uma manifestação da *exterioridade* das finanças em relação à produção<sup>24</sup>. O resultado deste processo é que capital regido pelo movimento D-D' passar a exigir cada vez mais da economia. Esta “insaciabilidade” das finanças somada ao crescimento muito lento da produção, só faz aumentar a divergência entre as finanças e a produção (CHESNAIS, 2009a, p. 141; 2005, p. 60).

Assim, para o autor (2009b), a atual crise do capitalismo pode ser caracterizada como a crise do capitalismo financeirizado. Sob a preeminência das finanças, ou seja, do capital portador de juros e do capital fictício, o capitalismo contemporâneo ingressou numa fase de acumulação financeira caracterizada pela especulação, e sucessivos episódios de crise cada vez mais espetaculares.

Para Lapavitsas (2009b, p. 4), o termo financeirização é muito utilizado por alguns economistas heterodoxos, mas isso não significa que o conceito seja aceito de forma consensual. Segundo o autor, de uma maneira geral o termo refere-se ao crescimento extraordinário das finanças nas últimas três décadas. Apesar das diferentes abordagens<sup>25</sup>, os enfoques teóricos associam a financeirização a uma mudança no equilíbrio entre produção e circulação.

Nas últimas décadas, o setor financeiro cresceu em relação ao resto da economia, com os ativos financeiros sendo predominantes dentro os ativos de empresas não-financeiras; os empréstimos pessoais aos consumidores, a moradia, a educação e a saúde; e os mercados financeiros globalmente integrados. Ou seja, segundo Lapavitsas (2009b, p. 9), no período, a esfera da circulação, especialmente a financeira, tem exibido um maior dinamismo do que a esfera da produção.

Assim, nos países desenvolvidos o setor produtivo tem apresentado fracos resultados com menores taxas de crescimento em relação ao período anterior a 1973, e no mesmo período observa-se um *boom* das finanças. Esta assimetria entre produção e circulação teve origem na revolução tecnológica das telecomunicações e informação, e também na desregulamentação dos mercados de

---

<sup>23</sup> “Dado que el flujo de valor y de plusvalor llegaba a estar restringido por los límites propios del ciclo completo de capital (D-M-P-M'-D'), es decir del movimiento efectivo de la producción y la comercialización, la carrera hacia los nuevos mecanismos de valorización ficticia (las “innovaciones financieras”) se intensificó” (CHESNAIS, 2010)

<sup>24</sup> Segundo Chesnais, a oposição entre finanças e indústria foi discutida por autores clássicos da teoria econômica como Marx, Keynes, Schumpeter, Berle, Means, além de Hilferding (CHESNAIS, 2005, p. 52)

<sup>25</sup> O autor refere-se às teorias marxistas, pós-keynesianas e regulacionistas (LAPAVITSAS, 2011).

trabalho e financeiro<sup>26</sup>, mas é necessário compreender a financeirização como um processo econômico. Um processo baseado no desenvolvimento das relações de produção, mas também nas mudanças institucionais e legais da acumulação (LPAVITSAS, 2009b, p. 9-13).

Na financeirização, como um processo mais geral, segundo Lapavitsas (2010, p. 17), a relação entre acumulação real e finanças apresenta-se de forma mais complexa do que em geral se interpreta entre os economistas heterodoxos. Na verdade, a causalidade entre a fraca produção e a conseqüente expansão das finanças desconsidera aspectos fundamentais apresentados por Marx. Para o autor, a causalidade possui as duas direções e nunca é direta, ainda que a acumulação real defina os parâmetros para as finanças. Assim, a primeira molda o sistema financeiro através de costumes e práticas comerciais de crédito as corporações industriais, disponibilidade de reserva e liquidez para os bancos e ambiente informacional. Porém, as finanças causam impactos na acumulação real ao acelerar o volume dos negócios com a oferta de crédito, empréstimos e informações sobre novas áreas de rentabilidade<sup>27</sup>.

A partir deste marco teórico, o principal seria então especificar as mediações pelas quais a fraca produção tem sido associada à expansão das finanças, e não buscar a causalidade direta entre produção e circulação. Por isso, Lapavitsas (2010, p. 17) caracteriza a financeirização como um processo econômico e social que envolve mudanças no comportamento do capital industrial, nas operações bancárias e nas práticas dos trabalhadores, na articulação do mercado financeiro e na intervenção do Estado.

Sobre o comportamento do capital industrial, Lapavitsas destaca que o desenvolvimento do mercado mundial tem conduzido a economia de um lado a uma maior concorrência nos mercados globais desregulados, e por outro lado, a uma dominação das grandes corporações multinacionais. No processo de financeirização, estas corporações recorreram cada vez menos aos bancos para financiar suas necessidades de investimento, assim dois mecanismos emergiram: dado o controle monopolístico, elas reinvestem a partir de seus próprios lucros e mais importante, recorrem crescentemente aos mercados de bônus, bolsa de valores, adquirindo formas de financiamento externo. Nos mercados globais interligados, as corporações possuem uma maior capacidade de realizar operações financeiras independentes dos bancos, assim elas tem se envolvido cada vez mais

---

<sup>26</sup> Como especifica o autor “Against a background of hesitant productivity growth, and spurred by new technology and associated labour practices and skills, the sphere of finance has been able to expand faster than production”. O papel da desregulamentação do mercado de trabalho permitiu, juntamente com salários estagnados, uma recuperação parcial da rentabilidade industrial, ao passo que o movimento de liberalização financeira promoveu mudanças no marco institucional em direção a liberalização dos mercados, tornando um eixo central para a estratégia neoliberal (LPAVITSAS, 2009b, p. 12-13)

<sup>27</sup> Para Lapavitsas, o desenvolvimento capitalista implica a subordinação do capital financeiro ao capital industrial, transformando-o em setor subsidiário. Porém, o sistema financeiro pode assumir uma postura “predatória” frente à acumulação real, e ainda sim extrair retornos (LPAVITSAS, 2010, p. 16)

em atividades financeiras, um processo de “financeirização” das modernas corporações<sup>28</sup> (LAPAVITSAS, 2009b, p. 14-16).

Este novo comportamento das grandes corporações multinacionais obrigou a uma mudança nas atividades dos bancos. Segundo Lapavitsas (2009a, p. 13), a desregulamentação financeira significou para os bancos comerciais um estreitamento das suas oportunidades de lucros. Em resposta, os bancos adotaram dois caminhos: uma virada em direção à renda pessoal dos trabalhadores e do resto da população, e uma prática de intermediação nos mercados financeiros, transformando-os em bancos de investimento.

Apesar de algumas diferenças entre os países, é possível observar uma tendência geral: a participação crescente dos trabalhadores nos mecanismos financeiros. Isto ocorre, pois, na medida em que o setor público tem se retirado da prestação de serviços como moradia, educação, saúde e previdência, os trabalhadores viram-se envolvidos em tais mecanismos com o propósito de satisfazer suas necessidades elementares. A dependência individual em relação ao dinheiro como meio de pagamento tem crescido, o que eleva a participação direta dos trabalhadores aos mecanismos de financiamento (LAPAVITSAS, 2009a, p. 16-18).

Apenas dessa forma, os bancos comerciais podem extrair lucros significativos diretamente das rendas pessoais, ou seja, a renda dos trabalhadores como fonte de lucros bancários. Lapavitsas (2009a, p. 17) denomina esse processo de *expropriação financeira*, que não deve ser confundido com a exploração na produção. A expropriação financeira é uma fonte adicional de lucro que tem sua origem na esfera da circulação, e a transferência de valor subjacente a esse processo depende do marco institucional e legal, além dos fluxos de informação e o poder social<sup>29</sup>

Outra característica dos bancos comerciais foi a adoção de práticas de bancos de investimento. Segundo Lapavitsas (2009a, p. 20), o crescimento dos mercados financeiros abertos que envolvem ações, títulos e derivativos proporcionaram aos bancos comerciais uma maior oportunidade de obter lucros. Assim, estes bancos ao, se envolverem em tais funções, transformaram empréstimos (para obter juros) em intermediação de circulação de valores, de títulos (para obter comissões).

---

<sup>28</sup> O autor especifica o processo de “financeirização” das corporações “Put in Marxist terms, monopolies have become less reliant on banking credit to finance fixed capital. Circulating capital, on the other hand, continues to draw on trade and banking credit. Even there, however, monopolies have gained direct recourse to financial markets, particularly by issuing commercial paper” (LAPAVITSAS, 2009a, p. 13). Desse modo, este envolve uma autonomia das corporações em relação à área financeira, não sendo dominada pelos bancos como pensavam Hilferding e Lênin (LAPAVITSAS, 2009b, p. 16)

<sup>29</sup> Além disso, para Dos Santos, “the distinguishing general features of consumption debt and this element of social compulsion suggest that the transfers of wage income in the form of interest payments may be usefully understood as usurious and containing an important exploitative element” (DOS SANTOS, 2009, p. 19)

Da interação entre o processo de transformação de bancos comerciais em bancos de investimento e a expropriação financeira emergiu a base para a crise atual. Para Lapavitsas (2009a, p. 5-10 e 20-22), as causas imediatas desta crise encontram-se no mercado norte-americano de moradia. Ou seja, a crise teve origem na financeirização da renda pessoal, sobretudo os empréstimos hipotecários aos trabalhadores sem aumento de salário real, que, somadas às práticas de titularização, provocou uma superestrutura de endividamento que colapsou a frágil relação entre liquidez e solvência dos bancos. Com a explosão da bolha imobiliária e a perda de seu valor, os bancos comerciais e de investimento foram à bancarrota.

#### **4. O conteúdo das crises cíclicas do capitalismo em Marx**

A partir de uma análise da obra de Marx observa-se que ele *não* sistematizou uma “teoria da crise”, como demonstram estudos sobre a preparação d’*O Capital*. Segundo Rosdolsky (2001, p. 28-29), o plano inicial previa seis livros com o primeiro “sobre o capital” e o último sobre o “mercado mundial e as crises”. Apenas do primeiro originou-se os três livros d’*O Capital*, sendo que os Livros II e III foram editados e publicados por Engels, já que Marx não os finalizou em vida. Assim, não há nos três livros, nem na *Teorías sobre la plusvalía*, chamado de “Livro IV” e editado e publicado por Kautsky e nem nos *Grundrisse*, nenhuma sistematização do fenômeno econômico das crises, apenas elementos parciais ao longo das obras.

Apesar d’*O Capital* estar aparentemente aquém do tema, há *sim* uma “teoria da crise” em Marx. Porém, na obra a crise não é apresentada no sentido de uma etapa do ciclo econômico, especificamente o seu ponto de reversão que desemboca em recessão, mas sim como “manifestação das contradições do modo de produção capitalista, ao mesmo tempo em que a unidade nessas contradições é reposta” (CARCANHOLO, 2010, p. 2). Desse modo, as crises representam a dinâmica cíclica da acumulação de capital, com expansão e ruptura que repõe a unidade desfeita no processo. Como destaca o próprio autor:

“As crises não são mais do que soluções momentâneas e violentas das contradições existentes, erupções bruscas que restauram transitoriamente o equilíbrio desfeito” (MARX, 2008, p. 327)

Para Marx (1980), as crises econômicas devem ser compreendidas desde o seu germe na contradição da mercadoria. Com a introdução do dinheiro na troca entre produtores particulares, ou seja, com o dinheiro como “mercadoria universal”, as crises tornam-se uma possibilidade. E a necessidade do fenômeno com todas as tendências que emergem da produção capitalista, somente se materializam no movimento do capital. Daí chega-se ao conteúdo das crises<sup>30</sup>.

---

<sup>30</sup> Um estudo sobre o germe, a possibilidade e a necessidade da crise econômica no modo de produção capitalista em Marx pode ser encontra, com detalhes, em Ribeiro (1988; 2008).

Para Marx, o capital representa a unidade entre o processo de produção e o processo de circulação, pois ele tem de realizar todos os momentos necessários da sua própria autoformação e conter as condições para a sua realização. Ou seja, para o autor (2011, p. 328) no processo de produção, o capital é reproduzido como valor e valor novo (se valorizou), mas ao mesmo tempo como não-valor (desvalorização, i.é, forma dinheiro para forma mercadoria), e como algo que tem de ser valorizado pela troca (reingresso na circulação, troca de mercadoria por dinheiro). Como observa o autor:

“As duas coisas são postas na essência do capital: tanto a desvalorização do capital pelo processo de produção quanto à supressão dessa desvalorização do capital e a restauração das condições para valorização do capital” (MARX, 2011, p. 368)

Desse modo, o movimento do capital não deve ser compreendido apenas como momento da produção, da produção de um valor excedente com a finalidade de obter lucro. E sim, como registra Marx (2011, p. 262), como uma unidade entre a produção e circulação, e o desenvolvimento do capital consiste em pôr e abolir a si mesmo como unidade, ou seja, desvalorização e valorização.

No interior do processo de produção, a valorização se apresenta idêntica a produção de mais-valia, sem limites além daqueles associados ao processo produtivo. Mas, agora aparecem obstáculos situados externamente ao capital, pois na circulação (realização), um momento de todo o movimento do capital, todo o produto tem que ser transformado em dinheiro e a contradição valor e valor-de-uso, novamente se manifesta, mas agora de forma mais complexa.

No processo de valorização, os limites são postos pelo próprio capital, e por isso tem de ele, no seu impulso ilimitado, a transpor os seus próprios limites. Para compreender melhor esta dinâmica, é necessário expor que o próprio capital, a partir da legalidade contida no modo de produção capitalista, gera limites, barreiras ao seu desenvolvimento. Segundo Ribeiro (1988, p. 335) o *conteúdo* das crises está nas tendências do capital à produção ilimitada de mercadorias, ao aumento da massa consumidora e nos obstáculos ao consumo.

A primeira tendência pode ser entendida como um resultado do desenvolvimento da produtividade do trabalho social e da concorrência (via busca por lucro extraordinário) que impõe ao capitalista a expandir continuamente seu capital para conservá-lo, e isto exige uma acumulação progressiva. Por sua vez, a tendência ao aumento da massa consumidora se reflete na característica imanente do capital em se expandir, desenvolver as forças produtivas e criar um mercado mundial bem como novas necessidades e valores-de-uso. Por fim, a tendência do capital a criar obstáculos ao consumo encontra-se na própria natureza do processo de acumulação, pois de um lado os capitalistas tendem

a reduzir tanto o consumo de meios de produção quanto o consumo da força de trabalho<sup>31</sup>, e de outro, a tendência ao aumento da composição orgânica do capital provoca o decréscimo relativo da parcela do capital destinada ao pagamento dos salários e impede qualquer elevação desta parcela, com risco de comprometer o crescimento da mais-valia.

Assim, o conteúdo das crises pode ser sintetizado na afirmação do autor de que a *barreira efetiva* da produção capitalista é o *próprio capital* (MARX, 2008, p. 328). Por isso, o objetivo do capital não reside em atender as necessidades humanas, mas produzir o lucro, e por isso sempre haverá discrepâncias entre o limite do consumo em base capitalista e a produção que busca crescentemente ultrapassar o limite que lhe é inerente. E assim:

“Os limites intransponíveis em que se podem mover a manutenção e a expansão do valor-capital, a qual se baseia na expropriação e no empobrecimento da grande massa dos produtores, colidem constantemente com os métodos de produção que o capital tem de empregar para atingir seu objetivo e que visam ao aumento ilimitado da produção, à produção como fim em si mesma, ao desenvolvimento incondicionado das forças produtivas sociais do trabalho. O meio – desenvolvimento ilimitado das forças produtivas sociais –, em caráter permanente, conflita com o objetivo limitado, a valorização do capital existente” (MARX, 2008, p. 329)

##### **5. Limites do debate marxista sobre a causa da crise atual**

Conforme visto anteriormente, a teoria marxista apresentou diversas causas para crises cíclicas, mas na verdade, todas se concentraram nas formas de manifestação do fenômeno e não na causa. Ao apresentar-se como um fenômeno complexo que envolve diversas contradições, as crises possuem múltiplas formas de manifestar-se o que impede a formação de uma teoria marxista das crises fechada e acabada (CARCANHOLO, 1996, p. 182).

Ao destacar a tendência do capitalismo de ofertar mais valor do que a sociedade demanda, a teoria do subconsumo apresenta como causa das crises os problemas estruturais de realização. Em Foster & Magdoff, assim como em Baran & Sweezy, o problema de realização se expressa na estagnação da economia real, como o seu funcionamento normal. Aqui, a relação entre a oferta de mercadorias maior do que a sua demanda torna-se estrutural, mas o qual é a causa esta insuficiência da demanda? Quando esta relação se estabelece é porque a economia já se encontra em crise. Assim, o subconsumo na verdade é uma forma de manifestação da crise (CARCANHOLO, 1996, p. 110). Sobre o problema de insuficiência de demanda, Marx afirma:

---

<sup>31</sup> Isto ocorre, pois “a taxa à qual o capitalista valoriza seu capital é tanto maior quanto maior for a diferença entre sua oferta e sua demanda, isto é, quanto maior o excedente do valor-mercadoria que fornece sobre o valor-mercadoria que adquire” (MARX, 2000, p. 131). Ou seja, como afirma Ribeiro (1988, p.346), o capital é consumidor insaciável e pode torna-se um comprador extremamente comedido, sempre que sinta seus lucros futuros ameaçados.

“a superprodução geral teria lugar não porque relativamente muito pouco [teria sido consumido] das mercadorias destinadas aos trabalhadores ou das destinadas aos capitalistas, mas porque ambas teriam sido produzidas em excesso – em excesso não para o consumo, mas para manter a proporção adequada entre consumo e valorização; em excesso para a valorização” (MARX, 2011, p. 364)

Já a teoria que associa as crises à queda da taxa de lucro, como em Kliman e outros, comente também o erro de confundir a causa com a forma de manifestação da crise. Segundo Carcanholo (1996, p. 169) uma queda na lucratividade já é um reflexo de um problema anterior de realização, a queda da taxa de lucro ocorre justamente porque a economia está em crise. A redução da lucratividade depende antes de tudo da força das contra-tendências<sup>32</sup>, definindo o movimento da taxa de lucro, não apenas do aumento da composição orgânica do capital. Além disso, a taxa de lucro analisada pelo capitalista é a taxa de lucro efetiva, o que inclui o processo de realização das mercadorias que, nas análises desta teoria, é desconsiderada. Por fim, Marx (2008, p. 320) observa que é possível o caso de uma queda da taxa de lucro e ainda assim, a economia crescer, pois o lucro industrial pode estar elevado e os demais componentes da mais-valia total estar em queda<sup>33</sup>.

Por fim, a teoria que associa as crises ao processo de financeirização equivocam-se por também confundir a causa com a forma de manifestação. Em Chesnais, o erro encontra-se na ênfase a divergência entre finanças e produção, como se fossem aspectos separados do processo de acumulação, com hegemonia do primeiro sobre o segundo. Além disso, Chesnais e Lapavistas destacam a predominância do capital portador de juros ao invés do capital fictício (no sentido de Marx) no processo de financeirização<sup>34</sup>. Mas ao tratar deste capital, os autores cometem o erro de apresentá-lo como se fosse um mecanismo de apropriação tão somente da circulação, sem necessidade de valorização real, mera “especulação”.

## 6. Considerações finais

As interpretações marxistas sobre a causa da crise atual apresentaram as formas de manifestação da crise econômica, mas não a sua causa. A causa da crise exige uma análise da totalidade do modo de produção capitalista. Reconstituindo brevemente o argumento de Marx, o germe da crise encontra-

---

<sup>32</sup> As contra-tendências são: o aumento da taxa de mais-valia, a redução dos salários, o aumento da superpopulação relativa, uma queda de preço dos elementos do capital constante, comércio exterior, o aumento do capital por ações e a rotação do capital. Ver Marx (2008, p. 307-316) e Ribeiro (2009).

<sup>33</sup> Uma fórmula simples ajuda a entender:  $\frac{m}{C} = \frac{l}{C} = \frac{l^1}{C} + \frac{j}{C} + \frac{r}{C}$ . Sendo m (mais-valia), C (a totalidade do capital social), l (o lucro), l<sup>1</sup> (o lucro industrial), j (o juro) e r (a renda fundiária), podemos ter a hipótese de dois desses componentes caírem (juro e renda) e um aumentar (lucro industrial).

<sup>34</sup> Sobre o capital fictício, do ponto de vista individual, do capitalista isolado, o processo de valorização resulta em capital para seu proprietário. Pois a aquisição de um direito de propriedade sobre um capital permite, pela posse de um papel, a participação em lucros e rendimentos futuros que podem ou não se realizar. Assim, tal capital possui uma base real, um movimento autônomo do valor-capital, a aparência de um capital efetivo. Do ponto de vista global, ou seja, da totalidade de capitais no processo de acumulação, este capital é fictício, ilusório. Ver MARX (2008, p. 615-622).

se própria unidade de contrários que constitui a mercadoria, e assim torna-se possível a produção de valores-de-uso sem confirmação social, não se realizando em valor. A possibilidade da crise refere-se a introdução do dinheiro como meio de circulação e meio de pagamento, e com isto o processo de compra e venda aparece como algo separado, tornando mais complexa a realização e apropriação do valor. No capital, o conteúdo das crises revela-se na contradição entre a produção ilimitada de mercadorias, o aumento crescente do número de trabalhadores e nos obstáculos criados pelo próprio capital ao consumo.

As contradições do modo de produção capitalista caracterizam-se pela oposição entre as condições de produção e realização, ou seja, a unidade de valorização e desvalorização que constitui o capital é constantemente perturbada, com crises violentas. Sem esta unidade, caso fossem separadas, seria impossível a restauração violenta desta unidade, entre os elementos que ao longo do processo capitalista de produção aparecem separados em seus movimentos (1980, p. 472). Como afirma o autor:

“Não são idênticas as condições da exploração imediata e as da realização dessa exploração. Diferem no tempo e no espaço e ainda em sua natureza. As primeiras têm por limite apenas a força produtiva da sociedade, e as últimas, a proporcionalidade entre os diferentes ramos e o poder de consumo da sociedade. Mas, esse poder não é determinado pela força absoluta, nem pela capacidade de consumo absoluta, e sim está condicionada por relações antagônicas de distribuição, que restringem o consumo da grande massa da sociedade a um mínimo variável dentro de limites mais ou menos estritos” (MARX, 2008, p. 322)

Assim, de um lado, as condições da produção são limitadas pelo desenvolvimento das forças produtivas da sociedade, apesar da tendência à expansão ilimitada da mais-valia. Nesse sentido, os limites ao capital são impostos pela necessidade constante da reprodução dos meios de produção e da força de trabalho, que não são infinitos, e pela tendência à elevação da produtividade. Por outro lado, as condições de realização (apropriação), necessárias a valorização do capital, encontram limites na desproporcionalidade entre os setores e na reduzida capacidade de consumo, sendo esta última expressão das relações antagônicas de distribuição e do baixo consumo improdutivo.

Assim, segundo Carcanholo (1996, p. 181), a causa do aparecimento de crises no modo de produção capitalista é a divergência entre as condições de produção e as relações de realização (apropriação). ***A contradição entre o caráter social da produção e o caráter privado da apropriação.*** Esta contradição representa uma totalidade que compreende todas as demais contradições, como valor e valor-de-uso, produção e consumo, desenvolvimento das forças produtivas e a menor participação da força de trabalho na produção, anarquia da produção e desproporção entre as seções.

## **Bibliografia**

- BARAN, P. & SWEEZY, P. (1966) *El capital monopolista*. Siglo Veintiuno editores. México.
- BRENNER, R. (2009) *What is good for Goldman Sachs is good for America: the origins of the current crisis*. Los Angeles, UCLA.
- CARCANHOLO, M. (1996) *Causa e formas de manifestação da crise: uma interpretação do debate marxista*. Dissertação de Mestrado, UFF, Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_ (2010) *Crise econômica atual e seus impactos para a organização da classe trabalhadora*. Aurora (UNESP. Marília), v. 4, p. 1-10.
- \_\_\_\_\_ (2011) *Conteúdo e Forma da Crise Atual do Capitalismo: lógica, contradições e possibilidades*. In: Colóquio Nacional Marx e o Marxismo, 2011, Niterói. Anais do Colóquio Nacional Marx e o Marxismo 2011, 2011. p. 01-17.
- CARCHEDI, G. (2009) *The return from the grave or Marx and the present crisis*. 2009. Disponível em: <https://sites.google.com/site/radicalperspectivesonthecrisis/>
- CHESNAIS, F. (2011) “*La vulnerabilidad del sistema financiero, la ilegitimidad de las deudas públicas y el combate político internacionalista por su anulación*”. Disponível em: <http://www.herramienta.com.ar/herramienta-web-9/la-vulnerabilidad-del-sistema-financiero-la-ilegitimidad-de-las-deudas-publicas-y->
- CHESNAIS, F. (2009a) *La preeminência de las finanzas em el seno del “capital em general”, el capital ficticio y el movimiento contemporáneo de mundialización del capiral*, in: *Las finanzas capitalistas*. Buenos Aires, Ediciones Herramienta,
- \_\_\_\_\_ (2009b) *La recesión mundial: el momento, las interpretaciones y lo que se juega en la crisis*. Disponível em: <http://www.herramienta.com.ar/revista-herramienta-n-40/la-recesion-mundial-el-momento-las-interpretaciones-y-lo-que-se-juega-en-la>
- \_\_\_\_\_ (2010) *Crisis de sobreacumulación mundial, crisis de civilización*. Disponível em <http://www.herramienta.com.ar/herramienta-web-5/crisis-de-sobreacumulacion-mundial-crisis-de-civilizacion>.
- \_\_\_\_\_ (2005) *A finança mundializada*. Boitempo. São Paulo
- CIPOLLA, F. (2012) *Diferentes teorías marxistas de crise e diferentes interpretações da crise atual*. Economía e Sociedade (UNICAMP. Impreso), v. 21
- COLLETTI, L. (1985) *El marxismo y del “derrumbe” del capitalismo*. Siglo Veintiuno editores. Biblioteca del pensamiento socialista. México.
- DOS SANTOS, P. (2009) *At the heart of the matter: household debt in contemporary banking and the international crisis*. Research on Money and Finance, Discussion Paper 11. Disponível em: [www.researchonmoneyandfinance.org](http://www.researchonmoneyandfinance.org).
- DUMÉNIL, G. & LEVY, D. (2004) *Capital resurgent: roots of the neoliberal revolution*. Cambridge. Harvard Press.
- EPSTEIN, G. (2005) *Financialization and the world economy*. Northampton, MA: Edward Elgar
- FOLEY, D. (1989). *Para entender El Capital: la teoría económica de Marx*. Fondo de Cultura Económica. México.
- FOSTER, J. & MAGDOFF, F. (2009) *The great financial crisis: causes and consequences*. Monthly Review Press. New York.
- GONTIJO, C & OLIVEIRA F. (2009) *Subprime: os 100 dias que abalaram o capital financeiro mundial e os efeitos da crise sobre o Brasil*. CORECON-MG. Belo Horizonte.
- HARMAN, C. (2008) *From the credit crunch to the spectre of global crisis*. Disponível em: [www.isj.org.uk/index.php4?id=421](http://www.isj.org.uk/index.php4?id=421)
- \_\_\_\_\_ (2009) *The slump of the 1930s and the crisis today*. Disponível em: <http://www.isj.org.uk/?id=506>

- HUSSON, M. (2009a). *Crisis de la finanza o crisis del capitalismo?* Disponível em: <http://hussonet.free.fr/denknesp.pdf>
- \_\_\_\_\_ (2009b), *La crisis en perspectiva*. Disponível em: <http://hussonet.free.fr/iire9e.pdf>
- \_\_\_\_\_ (2008) *Le capitalisme toxique*. Disponível em: <http://orta.dynalias.org/inprecor/article-inprecor?id=595>
- ITOH, M. (1980) *Value and crisis: essays on Marxism economics in Japan*. Monthly Review Press. New York.
- KLIMAN, A. (2011) *The failure of capitalist production: underlying causes of the great recession*. Pluto Press. London.
- LAPAVITSAS, C. (2009a) *Financialised Capitalism: crisis and financial expropriation*. Research on Money and Finance, Discussion Paper 1. Disponível em: [www.researchonmoneyandfinance.org](http://www.researchonmoneyandfinance.org)
- \_\_\_\_\_ (2009b) *Financialisation or the search for profits in the sphere of circulation*. Research on Money and Finance, Discussion Paper 10. Disponível em: [www.researchonmoneyandfinance.org](http://www.researchonmoneyandfinance.org)
- \_\_\_\_\_ (2010) *Financialisation and capitalist accumulation: structural accounts of the crisis of 2007-9*. Research on Money and Finance, Discussion Paper 16. Disponível em: [www.researchonmoneyandfinance.org](http://www.researchonmoneyandfinance.org)
- \_\_\_\_\_ (2011) *Theorizing Financialization*. *Work, employment and society* 25 (4), p. 611-626.
- MANDEL, E. (1985) *A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista*. Ensaio / UNICAMP. São Paulo.
- MARQUES, R. (2011) *A leitura da crise econômica de alguns marxistas franceses*. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 29
- MARX, K. (2004) *O Capital: crítica da economia política. Livro I. Volume 1 e 2*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira.
- \_\_\_\_\_ (2000) *O Capital: crítica da economia política. Livro II*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira.
- \_\_\_\_\_ (2008) *O Capital: crítica da economia política. Livro III. Volume 4 e 5*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira.
- \_\_\_\_\_ (1980) *Teorias sobre la plusvalía: II*. Fondo de cultura Económica. México.
- \_\_\_\_\_ (2011) *Grundrisse*. Boitempo Editorial. São Paulo.
- MCNALLY, D. (2011) *Global Slump: The Economics and Politics of Crisis and Resistance*. Spectre Press. Canada.
- MIRANDA, F. (2011) *As Interpretações Marxistas da Crise Econômica Atual: uma análise com base na teoria das crises de Marx*. Dissertação de Mestrado, IE/UFRJ, Rio de Janeiro.
- PAINCEIRA, J. & CARCANHOLO, M. (2009) *Crise Alimentar e Financeira: a lógica especulativa atual do capital fictício*. Anais do 6º Colóquio Marx e Engels, CEMARX, Unicamp, Campinas.
- PRADO, E. (2012) *A grande falha do capitalismo*. Disponível em: <http://eleuterioprado.wordpress.com/2012/03/02/a-grande-falha-do-capitalismo/>
- RESNICK, S. & WOLFF, R. (2010). *The Economic Crisis: A Marxian Interpretation*. *Rethinking Marxism*, 22: 2, 170 - 186.
- RIBEIRO, N. (1988) *A acumulação do capital no Brasil: expansão e crise*. Dissertação de doutorado. Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa.
- \_\_\_\_\_ (2008) *A Crise Econômica: uma visão marxista*. João Pessoa, Editora da UFPB.
- \_\_\_\_\_ (2009) *O Capital em movimento: ciclos, rotação e reprodução*. João Pessoa, Editora da UFPB, 2009.
- ROBERTS, M. (2012) *Crise ou colapso?* Disponível em: <http://eleuterioprado.wordpress.com/2012/10/16/crise-ou-colapso/>
- ROBERTS, M. (2009) *The Great Recession: Profit cycles, economic crisis. A Marxist view*.
- SHAIKH, A. (1978) *Valor, acumulacion y crisis: ensayos de economia política*. Tercer Mundo editores. Colômbia.